



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL  
DEC/INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS  
DAI/PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
CAEAP – CENTRO DE ALTOS ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO  
CURSO DE ALTOS ESTUDOS – CAE 2018**



## OPERAÇÕES PSICOLÓGICAS COMO AÇÕES VOLTADAS À SEGURANÇA

PÚBLICA: utilização pela Polícia militar

Petercley Franco Alves<sup>1</sup>  
Waldicharbel Gomes Moreira<sup>2</sup>

### RESUMO

Este trabalho aborda a temática sobre a possibilidade do uso das operações psicológicas em benefício da Segurança Pública, em específico da polícia militar. Tal abordagem se justifica tendo em vista que a utilização de ações de operações psicológicas, envolvem uso do instrumento da propaganda e contrapropaganda, podendo ser muito útil para o sucesso do serviço da polícia militar, principalmente na aproximação imprescindível com a sociedade e no trabalho preventivo, visando assim o cumprimento de sua missão constitucional. O objetivo desta pesquisa consiste em verificar em que medida a utilização das operações psicológicas por parte da polícia militar pode agregar em ações de enfrentamento à criminalidade imediata ou organizada, bem como auxiliar nas ações preventivas de segurança pública, nos diversos níveis de assessoramento à tomada de decisão (político, estratégico, tático e operacional). Esse intento será conseguido por meio de revisão bibliográfica em pesquisa documental e descritiva. A análise evidenciou que a utilização das operações psicológicas no âmbito da Segurança Pública, pode em muito contribuir para a melhor aceitação das ações preventivas e repressivas que concretizam a missão constitucionalmente delegada às polícias militares, no sentido de que o uso da propaganda e contrapropaganda podem colaborar influenciando nas emoções, atitudes e opiniões de indivíduos ou grupo social, visando a obtenção de comportamentos predeterminados, abrindo espaço, assim, para que a polícia militar ganhe uma poderosa aliada na manutenção da ordem pública: a própria sociedade.

**Palavras-chave:** Operações Psicológicas. Segurança Pública. Polícia Militar.

---

<sup>1</sup> Major QOPM da Polícia militar do Distrito Federal. Chefe de Gabinete da Casa Militar do GDF. Pós-graduado pelo Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO/2011). Aluno do Curso de Altos Estudos (CAE/2018) da Polícia militar do Distrito Federal

<sup>2</sup> Major QOPM da Polícia militar do Distrito Federal. Bacharel em Ciências Policiais (PMD/1997); Direito (União Educacional do Planalto Central/2009); Pedagogia (FALBE/2017). Pós-graduado em: Análise de Inteligência Militar (Curso Avançado de Inteligência para Oficiais – Escola de Inteligência Militar do Exército/2017); Inteligência Estratégica (Curso Superior de Inteligência Estratégica – Escola Superior de Guerra/2018) e outras. Mestre em Ciência Política (Centro Universitário Unieuro-DF/2016).

## INTRODUÇÃO

Não é necessário observar de forma muito detida a situação do Mundo nos dias atuais, para perceber que se vive num período onde tudo se transforma, evolui rapidamente. Esse fenômeno ocorre em todas as esferas, seja no âmbito socioeconômico, ambiental, cultural e evidentemente o tecnológico, tudo acompanhado pela urbanização intensa e sem qualquer planejamento além da profunda sensação da existência de uma crise de governança e de valores.

O futuro desponta com inúmeros desafios advindos, principalmente, desse ritmo acelerado e frenético com que as coisas acontecem. Nesse contexto quase caótico está inserida a polícia militar, com a missão deveras relevante para a sociedade, que não lhe permite ficar estagnada no tempo exercendo modelo de gestão antigo e antiquado, em desacordo com as novas e complexas preocupações sociais que pairam sobre todos.

A missão primordial das polícias militares é a manutenção da Segurança Pública. No entanto, o aumento da criminalidade, principalmente decorrente do crime organizado, tem exigido do policiamento preventivo, estratégias de atuação mais eficazes, visto que os criminosos alteram suas formas de atuação de tempos em tempos. Isso faz com que, além das medidas regulares, outras formas proativas sejam implementadas no trabalho policial visando melhorar o desempenho das funções policiais militares.

Dentro do contexto apresentado, este trabalho aborda a temática das operações psicológicas (Op Psico), que despontam como ações destinadas a influir nas emoções, nas atitudes e nas opiniões de indivíduos ou de um grupo social, buscando obter comportamentos predeterminados, abrindo espaço para que a instituição policial militar ganhe uma poderosa e indispensável aliada na manutenção da ordem pública, que é a própria sociedade. Sociedade está muitas vezes bombardeada de desinformações que apenas denigrem a imagem e importância dos serviços prestados pela polícia militar.

O estudo está inserido na linha de pesquisa “Estudos em Organizações Policiais”, com ênfase na evolução das organizações policiais, da área de concentração intitulada “Estudos sobre Polícia e Segurança Pública”.

Tal abordagem se justifica tendo em vista que tanto a criminalidade imediata quanto à organizada geram reflexos de insegurança pública a curto e a longo prazo, junto à sociedade. A dificuldade de se antecipar às ações criminosas é um dos grandes desafios para a eficiência das polícias militares nas suas ações preventivas e estratégicas. Nesse sentido, a utilização de ações de operações psicológicas, que envolvem uso do instrumento: propaganda e contrapropaganda, podem ser muito úteis para o sucesso do serviço da polícia militar, principalmente no aspecto preventivo do desenvolvimento da sua responsabilidade constitucional.

O principal objetivo deste estudo é verificar em que medida a utilização das operações psicológicas, por parte da polícia militar, teria aplicabilidade prática junto às ações de enfrentamento à criminalidade imediata ou organizada, bem como auxiliar nas ações preventivas de segurança pública, nos diversos níveis de assessoramento à tomada de decisão (político, estratégico, tático e operacional). Além disso, também irá: a) contextualizar o estudo desenvolvendo a questão da missão constitucional das polícias militares brasileiras; b) analisar no que constitui as operações psicológicas e como elas podem ajudar a polícia militar junto à sociedade; c) demonstrar que as operações psicológicas podem ser utilizadas pelas polícias militares, com a aplicação da propaganda e contrapropaganda, colaborando de forma positiva para a Segurança Pública.

Este intento será conseguido mediante revisão bibliográfica, com adoção do método hipotético-dedutivo e pelo processo dedutivo, que testa a ocorrência de fenômenos abrangidos pela hipótese.

A seguir serão analisados e discutidos os tópicos propostos pelos objetivos específicos, com o fito de alcançar o objetivo principal de estudo desta pesquisa.

## **1 MISSÃO CONSTITUCIONAL DAS POLÍCIAS MILITARES BRASILEIRAS**

Um primeiro aspecto que precisa ser apresentado é a questão da missão constitucional das polícias militares. Nesse sentido, tem-se que sua principal missão, independente a qual estado da Federação pertença, se destina a agir preventivamente, com o fito de preservação da ordem pública. Para tanto, a instituição se vale da presença junto à sociedade, objetivando produzir sensação de segurança e atuando repressivamente, quando necessário.

A Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988 (CF/88), traz em seu artigo 144 a missão constitucional das polícias militares:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

[...]

V – polícias militares e corpos de bombeiros militares.

[...]

§ 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública;

[...] (BRASIL, 1988).

Nesse sentido, verifica-se que as polícias militares brasileiras, ainda que mantendo suas diferenças estaduais (são 27 polícias militares no Brasil), no que tange à preservação da ordem pública, guardam similaridades no modo de atuação. Por meio do policiamento ostensivo, a ideia é de que as ações policiais sejam efetivas e dissuasórias do cometimento de crimes.

Ocorre que o crime assume diferentes faces e modalidades de perpetração. As tradicionais formas de policiamento, calcadas na presença diligente do policial na rua, de há muito não é suficiente para conter o avanço da criminalidade. As polícias militares têm buscado se antecipar às ações delitivas, como instrumento estratégico e tático de atuação. Corroborando, tal afirmação, Gonçalves (2016) traz o exemplo da inteligência policial, afirmando não existir, no Brasil, estrutura de maior capilaridade na área de Segurança Pública que as polícias militares, instituições que quando somados seus efetivos alcançam números expressivos e superiores aos das Forças Armadas.

Sendo assim, dentro do âmbito imenso das instituições policiais militares, a inteligência desempenha função extremamente relevante, “tanto para o auxílio na execução de suas atribuições constitucionais quanto na segurança institucional e orgânica e nas atividades correcionais” (GONÇALVES, 2016, p. 52).

Com esse escopo de antecipação pelos corpos policiais, se torna imperativa a utilização de diferentes ferramentas que melhor assessorem a tomada de decisão nos variados níveis organizacionais. De igual forma, faz-se também necessária a utilização de alternativas aptas a auxiliar as corporações no enfrentamento ao avanço da criminalidade, bem como na preservação da ordem pública. Nesse contexto, claramente existe vasto campo de atuação para as Operações psicológicas (Op. Psico), voltadas para aspectos de segurança pública, assunto este que se passa a explorar com maior profundidade.

## **2 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE AS OPERAÇÕES PSICOLÓGICAS**

Desde que a humanidade aprendeu a comunicar-se, a persuasão e outras formas de influência são largamente utilizadas com o intuito de modificar comportamentos, desenvolvendo atitudes que atendem aos interesses dos interlocutores. Dessa forma, se tem preferido utilizar “ferramentas que possibilitem a consecução dos objetivos por meios que requeiram o uso da violência” (SCOLARI, 2017, p. 15), destacando-se entre estas ferramentas o emprego das operações psicológicas.

De acordo com Sacramento (2014), as operações psicológicas consistem na aplicação de parte da ciência chamada Psicologia na condução de uma guerra. Utilizando-se de sentido mais restrito, compreendem o uso da propaganda e da contrapropaganda contra o inimigo, juntamente com as necessárias ações militares. O autor define a propaganda, nesse âmbito, como a persuasão por meios não violentos.

Então no contexto apresentado, pode-se afirmar que com o objetivo de evitar violência, tem-se usado de operações psicológicas, ou seja, utiliza-se a comunicação como instrumento

capaz de influenciar comportamentos e emoções no sentido de “reduzir o moral e eficiência combativa do inimigo, promover discordâncias e deserções em grandes massas, além de reafirmar o sentimento de unidade por parte das tropas aliadas” (SCOLARI, 2017, p. 15), visando a redução de perdas humanas e materiais.

Para o Exército brasileiro, operação psicológica é definida como:

[...] procedimentos técnicos especializados, operacionalizados de forma sistemática, para apoiar a conquista de objetivos políticos e/ou militares, desenvolvidos antes, durante e após o emprego da força, visando a motivar públicos-alvo amigos, neutros e hostis a atingir comportamentos desejáveis (BRASIL, 1999, p. 4).

Narula (2004, p. 187) *apud* Severo (2011, p.177) descreve as operações psicológicas como o uso planejado de todas as formas de comunicação e informação e outras ações psicológicas, incluindo ações políticas, militares, econômicas e ideológicas, com o objetivo de influenciar as opiniões, emoções, atitudes e comportamentos de grupos hostis e não-hostis, tanto estrangeiros e nacionais, como meio de apoiar a realização dos objetivos nacionais. Aqui, o problema refere-se à possibilidade de utilização de tais operações em direção à população nacional.

Assim, pode-se constatar que inicialmente as Op Psico foram concebidas para emprego em tempo de guerra, contra inimigos em territórios específicos. No entanto, atualmente, elas assumem patamar distinto, dada a velocidade com que as informações circulam nos dias atuais, bem como à permeabilidade das fronteiras informacionais. Nesse contexto, a predominância no campo das ideias acaba se mostrando importante ferramenta de consecução de objetivos.

As Op Psico são consideradas, principalmente pelo Exército Brasileiro, como sendo importantes em tempos de guerra e de paz, justamente por seus aspectos psicológicos, intencionais ou não. Isso faz com que o grande objetivo das operações psicológicas seja a obtenção da vantagem na adversidade, mas sem ter a necessidade de entrar em conflito ou se valer do uso da força contra o oponente ou àqueles dos quais se busca obter a simpatia (BRASIL, 1999).

É importante destacar ainda os conceitos de público-alvo e opinião pública. O primeiro não deve ser considerado um indivíduo isolado, e sim, determinado grupo de pessoas. Já o segundo é delimitado como as atitudes, sentimentos e ideias de um grande número de pessoas sobre um determinado assunto público relevante, aceito pela maioria (MOTA, 2013). Então, as operações psicológicas são concretizadas visando atingir um público-alvo, influenciar a opinião pública, cumprindo esses objetivos por meio de determinados instrumentos, destacando-se a utilização sistemática da propaganda e da contrapropaganda. Destarte, passa-se ao estudo da aplicabilidade desses instrumentos no âmbito da segurança pública, em

especial pela polícia militar.

### **3 OPERAÇÕES PSICOLÓGICAS APLICADAS À SEGURANÇA PÚBLICA ATRAVÉS DA PROPAGANDA E CONTRAPROPAGANDA**

Informação é a reunião ou o conjunto de dados e conhecimentos organizados, que possam constituir referências sobre determinado acontecimento, fato ou fenômeno. No mundo das informações flutuantes, estão inseridas as comunicações sociais que desempenham a árdua tarefa de analisar, produzir e veicular as informações, por vezes, produtos de operações psicológicas. A comunicação pode ser dividida em três categorias: a destrutiva - que desestrutura e destrói um imaginário; a construtiva - que estrutura e constrói um imaginário, e, a subversiva - que modifica um imaginário, dissuade e atemoriza. Esta última é o contexto trabalhado pelas operações psicológicas, um universo da batalha pela mente, cujo armamento é composto por palavras, sons e imagens (HIPPOLYTO; CELESTINO, 2018).

A informação pode ser transmitida de diversas maneiras, inclusive, por meio de propagandas. A propaganda tem por objetivo seduzir os potenciais compradores de determinado produto ou subscritores de certo serviço, mas também pode ser destinada a juntar/reunir adeptos por uma causa ou campanha. Outro uso da propaganda a associa à propagação de mensagens divulgadas a partir de certo setor visando exercer influência nos valores ou na conduta dos cidadãos (FIGUEIREDO; CERVELLINI, 2015). Nesse âmbito, a propaganda supõe persuasão com intenção política ou ideológica, categoria essa, na qual encontra-se inserida a concretização das operações psicológicas (BRASIL, 1999).

No sentido militar, a propaganda mais comumente utilizada tem seus objetivos voltados para o emprego planejado de qualquer forma de ação comunicativa destinada a afetar as ideias e emoções de um grupo inimigo, neutro ou amigo, com determinada finalidade estratégica ou tática (LINEBARGER, 1962).

Com o fito principal de expor os propósitos estratégicos de determinada organização, o Manual de Operações Psicológicas do Exército Brasileiro assim a define:

A propaganda é a grande ferramenta das Op Psico, mas não se deve confundi-la com a propaganda do tipo comercial, já que enquanto esta visa basicamente influir na opção de compra de um produto, aquela procura influir em convicções mais profundas, tal como a decisão de abandonar a luta e render-se (BRASIL, 1999, p. 1-2).

De acordo com o Manual de Campanha C 45-4 - operações psicológicas (1999), para que uma campanha alcance seus fins, quatro elementos essenciais precisam ser trabalhados: o primeiro trata da ideia-força como um valor de natureza racional e/ou emocional, constituindo-

se num apelo muito forte capaz de alcançar o objetivo pretendido pelas ações de Op Psico. Na propaganda, a ideia-força é expressada por meio de um tema. Esse tema é exatamente o segundo elemento e diferencia-se do primeiro por sua finalidade, já que a ideia-força se volta para criação de um estado de espírito no público-alvo. Por sua vez, o tema tem a finalidade de orientar as ações de Op Psico para a criação de tal estado. O terceiro elemento consiste na frase-síntese ou *slogan*, uma frase curta, de efeito e de memorização muito fácil, caracterizada pelo impacto e comunicação imediata, com a missão de facilitar a aceitação da ideia-força pelo público-alvo; o quarto e último elemento é o símbolo, que consiste numa síntese, visual ou auditiva, visando a transmissão de determinada ideia-força, que permite uma rápida identificação por todos da ideia-força. Exemplo de símbolo tem-se a suástica nazista, a foice e o martelo - símbolos comunistas.

Num contexto geral, é possível observar que o conceito de propaganda encontra-se diretamente ligado à questão da oportunidade com a qual se pode divulgar aspectos vantajosos para o emissor, que sem dúvidas pode ser a instituição policial militar. Esta propaganda pode auxiliar no ganho da simpatia e confiança da sociedade pela Corporação, aspecto este a ser desenvolvido a seguir.

### 3.1 PROPAGANDA E CONTRAPROPAGANDA

O termo ‘operações psicológicas’ não é encontrado no vocabulário do público geral. Como visto anteriormente, é expressão militar e se refere a uma operação baseada em informações visando, especificamente, mudar o comportamento e as atitudes de um grupo-alvo. Na era atual, vive-se uma época em que as informações são consideradas centrais para a manutenção do poder político e econômico, o que aumenta de forma exponencial a abrangência das operações psicológicas para muito além das aplicações exclusivamente militares. Contudo, a maior parte das pessoas ainda não tem uma compreensão da importância da manipulação e da capacidade de persuasão por meio das informações. Na forma mais ampla, as operações psicológicas estão diretamente vinculadas à propaganda das informações. De forma que a distinção entre as duas é tênue e, na literatura, incluindo os documentos militares, essas duas ciências estão interligadas (TEICHRIB, 2012).

No contexto de transmissão de informações, não se pode olvidar de mencionar a contrapropaganda que nada mais é que a propaganda que visa à anulação dos efeitos de outra, impedindo que a mensagem da propaganda adversa produza os efeitos desejados por sua origem, fazendo com que o público-alvo adote comportamento favorável aos temas e teses defendidos na contrapropaganda (BRASIL, p. 2-6).

Existem algumas regras básicas que servem de ações de contrapropaganda tais como: a) desfazer propaganda adversária, neutralizando ou minimizando seus efeitos; b) refutar os pontos fracos da propaganda adversária visando provocar um sentimento de descredibilidade, da mensagem e do próprio adversário; c) evidenciar contradições da propaganda adversária com os fatos; d) desviar sutilmente o sentido, tornando a propaganda do adversário insignificante; e) utilizar a contrapropaganda direta, contestando ponto a ponto a propaganda adversa; f) publicar propaganda sobre o mesmo assunto da adversária, mas com opinião diferente ou que redirecione o interesse do público-alvo (FERRO JÚNIOR, 2011).

É importante observar que tanto a propaganda quanto à contrapropaganda consistem em instrumentos potenciais e bastante utilizadas por operadores de informação. São, portanto, técnicas com processo de difusão da informação e desinformação que visam influenciar decisões, convencer o destinatário sobre algo. O elemento persuasivo e convincente está estrategicamente introduzido no corpo do discurso, o que permite a compreensão de como o comportamento psicossocial das pessoas pode ser modificado, sendo as atitudes, condutas e decisões influenciadas pelos discursos e informações que constroem ou desconstroem opiniões (TEICHRIB, 2012).

Necessário se faz considerar que, ao ressaltar o valor da propaganda como o instrumento principal das operações psicológicas, é importante analisar o papel e o uso da mensagem. Nesse sentido afirma Teichrib:

[...] uma seção extraída do documento militar canadense referido anteriormente diz: 'A mensagem de propaganda é uma comunicação com o propósito de produzir uma ação e uma atitude. Antes de poder realizar seu propósito, ela precisa ser ouvida pelo receptor designado (o alvo). Em resumo, a mensagem precisa ser recebida, compreendida, aceita como verdadeira, oferecer uma solução e produzir um resultado desejado'. Com base em uma política, nas informações coletadas pelos serviços de Inteligência, um alvo, temas, e uma avaliação dos resultados desejados, o propagandista compõe sua mensagem. Ele precisa construir e transmitir sua mensagem no tempo correto para que, mesmo em competição com muitos outros materiais que estão sendo apresentados ao alvo, a mensagem seja ouvida. O alvo precisa compreender a mensagem e interpretá-la da forma desejada pelo propagandista (TEICHRIB, 2012, p. 3).

Outro fator que precisa ser levado em consideração é a real diluição da importância dos meios de comunicação tradicionais, bem como o surgimento de novos meios de mídias capazes de capturar de forma mais efetiva a atenção das massas, por meio da interatividade e capacidade *on-line* que proporcionam. Dentre essas tecnologias desponta a *Internet*, que devido a sua imensa ramificação e ainda não possuir hierarquia funcional, permite que conteúdos circulem por ela sem controle e supervisão específico, assegurando, em muitos casos o anonimato da fonte, que incentivou o nascimento e proliferação do que denominou-se 'ativismo do sofá',



onde o ator e a audiência se confundem.

Dessa forma, na atualidade, observar é tomar parte. Nesse sentido complementa Martins:

Assim os contornos dos acontecimentos já não são determinados pelos seus detalhes, mas pela forma como estes são recepcionados, processados e interpretados. Perante o enquadramento atrás referido, o 'campo de batalha' tornou-se um componente do 'espaço de batalha', que engloba todos aqueles que difundem informação a nível mundial (MARTINS, 2013).

Nesse âmbito de desenvolvimento tecnológico, o uso das Op Psico apresenta-se muito vantajoso e facilita sua aceitabilidade pela opinião pública e classes dirigentes. As Op Psico se mostram com características fundamentais para a consecução dos objetivos institucionais, tais como: a) serem menos dispendiosas; b) terem a capacidade de atingir maior número de objetivos; c) o fato de a população ser cada vez menos favorável ao uso da força letal; d) as origens dos atuais problemas de segurança mundiais possuírem forte componente psicológica, aumentando a capacidade de demonstração de força via Op Psico; e) possibilidade de implementação das Op Psico sem que o público-alvo perceba (FERRO JÚNIOR, 2011).

No que tange especificamente à contrapropaganda, Linebarger (1962, p. 109) afirma que esta é destinada a refutar determinado tópico ou tema da propaganda adversária. No caso específico, a propaganda inimiga só deve ser considerada quando há a possibilidade de ela se tornar um trunfo para aqueles que intencionam utilizá-la. Isto porque, ao se lançar propaganda, intenciona-se que ela já esteja plena de informações a favor de quem a difunde.

Assim, só se leva em conta a propaganda antagônica caso esteja eivada de inverdades grosseiras ou com traços hipócritas bem notórios, de forma que pode ser utilizada contra o adversário (LINEBARGER, 1962, p. 133).

No caso da polícia militar, a utilização da propaganda e mesmo da contrapropaganda, a princípio, parece bastante eficiente, quando o que se pretende seja afirmar o contrário de informações trazidas por meio de ataques ou desinformação de grupos de pressão, como a mídia tendenciosa, por exemplo, ou mesmo quando se tratar de ações de criminosos que tenham o fito de desmoralizar ou desmobilizar as ações institucionais da Corporação. Tais ações, além de atingirem a própria tropa, ainda afetam de maneira muito negativa o relacionamento sociedade/polícia militar, que por vezes deixa de ser apoiada por aquela, perdendo assim auxílio imprescindível. Assunto este que será explorado com maior especificidade no item seguinte.

### 3.2 RELEVÂNCIA DO APOIO DA SOCIEDADE CIVIL PARA POLÍTICA MILITAR

É notório que a preocupação com a Segurança Pública está estampada no rosto de cada pessoa, situação agravada pela sensação de impunidade e de insegurança. Os índices de violência e criminalidade têm alcançados números alarmantes. As causas são inúmeras e por vezes, muitas complexas, mas na maior parte das vezes parte da leniência do Estado. Segundo o Atlas da Violência 2018, com base em dados do Ministério da Saúde, a taxa nacional de homicídios no Brasil é de 30,3 por cem mil habitantes, o que corresponde a 30 vezes a taxa da Europa, por exemplo. No Japão, Canadá e Estados Unidos essa taxa atinge respectivamente apenas um, dois e oito homicídios por cem mil habitantes (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2018).

Tendo em conta os dados de alta qualidade, a Organização Mundial de Saúde (OMS) traçou curvas visando verificar a evolução das mortes nos continentes e constatou que dos 14 países destacados como mais violentos em 2012, 13 pertencem à América, e o Brasil é um deles, figurando no 9º lugar (OMS, 2018).

Dentro do contexto apresentado, pode-se afirmar, sem sombras de dúvidas, que a ampliação do conhecimento das causas e possíveis formas de prevenção do crescimento da criminalidade é questão deveras importante, já que além da violência em si mesma ser muito ruim, seus resultados ainda afetam diretamente os gastos públicos com saúde, afasta investimentos e turismo, somados à significativa quantidade de perdas humanas. Tal cenário faz parecer que o caminho para o combate efetivo, tanto da violência como da criminalidade, é a prevenção com uso inteligente das informações (GELINSKI NETO; SILVA, 2018).

De acordo com Waiselfisz:

Não basta apenas aderir à severidade no controle das ações criminosas. Os adeptos da ideia de que o crime deve ser prevenido entendem que é importante a compreensão da essência do trabalho da polícia, no que tange a prevenção, através da educação, instrução e qualificação da vida do cidadão para que nem mesmo seja necessário chegar ao campo da repressão, muito menos da punição. O crime pode ser combatido com eficiência pelas técnicas de prevenção geradas em longo prazo (WASELFSZ, 2016, p. 9-10).

Após o período de redemocratização no Brasil, abriu-se espaço para a entrada em cena de novos atores e parceiros na perspectiva de consolidar, democratizar e potencializar a eficiência das políticas públicas, inclusive no que tange a prevenção à criminalidade perante a sociedade civil (LIBERAL, 2010).

Vale registrar a existência distinta de dois modos principais de comprometimento da sociedade civil: a) fiscalização e supervisão; b) engajamento construtivo e parceria. O primeiro, inevitavelmente gera antagonismo, já que a comunidade assume papel fiscalizador e as

autoridades, geralmente, reagem com sigilo e hostilidade. Por sua vez, o segundo consiste num modo mais criativo e desejável. Contudo depende da mobilização da sociedade civil que precisa estar motivada para tal. Esse modo também requer que a administração pública ceda parcela de seu poder e de suas prerrogativas, proporcionando a infraestrutura institucional necessária para tal interface (MACAULAY, 2015). Nesse sentido complementa Macaulay:

Acredita-se que cidadãos insatisfeitos com a polícia exibem menor tendência a contatá-la. É possível que percepções negativas contribuam significativamente para reduzir a eficiência da atuação policial. Não acionadas pela população, as polícias deixam de atuar na repressão às atividades criminosas (MACAULAY, 2015, p. 37).

Assim, pode-se afirmar que dentre as inúmeras formas de combate preventivo de ações criminosas, a maior parte passa pela necessidade da participação da sociedade no processo. A relação positiva e construtiva entre polícia e cidadão precisa ser incentivada. Exemplo bem-sucedido dessa aproximação é o realizado por meio da polícia comunitária.

Nota-se, então, que no processo de concretização de ações preventivas, os cidadãos passaram a fazer a diferença entre êxito e falha de uma ação. Isto porque não há como combater a violência e a criminalidade sem apoio verdadeiro da sociedade. E pior, o crime organizado já percebeu isso (LIBERAL, 2010).

Prova é que durante o processo de pacificação de muitas das favelas do Rio de Janeiro, principalmente o complexo do Alemão e o da Penha, o crime organizado, mesmo não detendo poder de combate para enfrentar o Exército, prosseguiu promovendo ações hostis baseadas em operações psicológicas, durante toda a ocupação. Suas técnicas, táticas e procedimentos foram assimilados pelos revolucionários comunistas na década de 1960 em Cuba, na China, na Albânia e outros países da Cortina de Ferro. Posteriormente, no ano de 1969, o guerrilheiro brasileiro Carlos Marighela fez um apanhado geral dessas técnicas elaborando o Mini Manual do Guerrilheiro Urbano, que é utilizado até hoje pelas principais organizações terroristas e criminosas do mundo (MONTENEGRO, 2013). Eis o relato de Montenegro, Coronel do Exército brasileiro, sobre este evento:

Durante a pacificação de algumas favelas no Rio de Janeiro, puderam-se observar ações psicológicas direcionadas aos diversos públicos-alvo do cenário: as tropas do Exército, os próprios criminosos, a população local das comunidades e a opinião pública em geral. Da mesma forma, foram desenvolvidas as chamadas propagandas branca, cinza e negra ao longo da operação. As pichações em muros e paredes, anteriores à pacificação, foram anuladas pela ação da tropa logo no início. No entanto, novas gravações e pinturas enaltecendo a facção criminosa e as iniciais de seus principais líderes foram realizadas em outros lugares, com siglas referentes ao Comando Vermelho. Também foram grafitados desenhos e textos ironizando a ação do Exército. Normalmente ocorriam nos intervalos de ronda das patrulhas. Em situações de maior tensão, aproveitando-se de tumultos, surgiam rapidamente faixas e cartazes já preparados previamente, dando a impressão de que as turbas teriam sido agrupadas para aumentar o efeito e a visibilidade dos materiais. Também

acompanhavam as faixas, panfletos normalmente bem escritos, manipulando e distorcendo os fatos, procurando desacreditar a Força de Pacificação (MONTENEGRO, 2013, p. 3).

Portanto, além da utilização de Op Psico, materializada por meio de faixas, panfletos, cartazes com que tinham, basicamente, como objetivos: a) desacreditar as tropas do Exército, enfraquecendo-as; b) fortalecer os próprios criminosos, colocando-os como os “bonzinhos da história”; c) deturparam os fatos para conquistar o apoio das comunidades locais; e, d) ainda buscavam interferir na opinião pública em geral. O Comando Vermelho utilizava-se ainda de filmes editados dos embates com os militares, mostrando as forças do Estado sendo alvejadas em associação com imagens depreciativas da polícia militar e das Forças Armadas, juntando imagens de insatisfações da população com a exclusão social das favelas. Via de regra, esses vídeos são acompanhados de legendas e músicas fazendo apologia ao crime organizado, sendo postados na plataforma YouTube e em demais *sites* da *internet*, inclusive nas redes sociais (COIMBRA, 2007, p. 1).

Foi relatado ainda que houve na época e que ainda seja feito a propagação de boatos pelos criminosos, ameaçando as tropas e seus colaboradores através da comunidade ou simulando conversas no rádio, sabendo que estão sendo monitorados. Conta Montenegro que:

Em algumas ocasiões, durante a madrugada, foram preparados gatilhos de tempo em artefatos caseiros para incendiar veículos estacionados na rua, mas foram neutralizados antes de serem detonados. Em outras ocasiões, foram preparadas barricadas com a finalidade de impedir ou dificultar o trânsito das viaturas. Essas ações normalmente eram muito bem articuladas, pois contavam com a participação de várias pessoas. Alguns olheiros (vigias), distribuídos nos arredores, monitoravam a movimentação da tropa, usando celulares para falar ou enviar mensagens de texto, ou mesmo rádios tipo *talk about*. Tendo em vista que existe uma quantidade significativa de pessoas que vivem e se beneficiam do tráfico de drogas (vigilantes, vendedores, seguranças, embaladores/preparadores, transportadores, dentre outros), estas eram usadas sistematicamente para provocar arruaças e desgaste na tropa, ao promover brigas, desobediência e resistência ao acatamento de ordens. Normalmente, mulheres, gestantes, idosos e crianças simpatizantes do tráfico formavam uma barreira protegendo os marginais contra a tropa por meio de escândalos, agredindo com palavras ou arremessando objetos de toda ordem. Essa situação costumava ser extremamente delicada, até mesmo para o uso de tecnologias não letais (spray de pimenta, munição de borracha, entre outras), pois quase sempre havia elementos preparados para filmar as ações da tropa e explorar as imagens na mídia. Em várias oportunidades, parecia que os jornalistas já estariam por perto, alertados de que haveria algum enfrentamento e, após a chegada deles, as turbas eram formadas e as hostilidades iniciavam (MONTENEGRO, 2013, p. 4).

Outra forma de Op Psico utilizada pelos criminosos, visando demonstrar força, está estampada nas embalagens das drogas que são negociadas que, objetivando causar terror psicológico, trazem explícito sua proveniência, utilizando-se de *slogans* como “Rebeldes da Líbia”, “Esquina da Somália”, “Respeita o crime”, “Lança Míssil”, sempre acompanhados das iniciais CVRL (Comando Vermelho Rogério Lengruber - fundador do grupo) e alguma imagem

de um traficante com armamento (MONTENEGRO, 2013).

Tais ações deixam claro que os integrantes do Comando Vermelho dominam diversas técnicas de emprego de operações psicológicas, atingindo diversos público-alvo, sabendo utilizar muito bem as redes sociais, *internet*, edição de vídeos, gravações de músicas, e ainda, atividades como grafitar paredes e espalhar o terror com boatos e ameaças. O objetivo principal do crime organizado é enfraquecer o poder dos militares entre si mesmos e diante da comunidade, para ter seu apoio contra o Estado, utilizando para isso muitas vezes da vitimização fundada no fato de que o Estado seria o culpado pelo sofrimento das comunidades dessas favelas e que os militares só entram nas favelas para matar e não para ajudar.

Quando as pessoas não confiam na polícia ou nos militares, o trabalho dos criminosos torna-se mais fácil; quando não há empoderamento da polícia militar, seus agentes tornam-se mais fracos, criando um ciclo vicioso catastrófico de ineficiência e desânimo. A guerra aqui, não é física, mas, sim, psicológica. Não se trata mais de tática operacional ou armamentista, mas táticas de inteligência que atuam na mente das pessoas.

Assim, dentro do explanado neste item, pode-se afirmar que diversas ferramentas de combate ao crime e à violência foram desenvolvidas, mas, no geral, não deram resultados suficientes para mudar o índice da criminalidade. Não se pode negar os avanços trazidos por elas, mas muito ainda precisa ser feito para que a sensação de segurança seja restabelecida. Para alcançar tal desiderato, uma das ações que precisa ser trabalhada de forma muito criteriosa é o desenvolvimento de relação mais harmônica entre os dois personagens-chaves dessa “guerra”: polícia e sociedade civil.

Contudo, ações que trabalhem com as mentes dessas pessoas precisam ser colocadas em ação para que as mesmas comecem a reconhecer que as intenções da polícia militar não é matar inocentes, como pregam a mídia tendenciosa e as organizações criminosas, mas sim, tem por objetivo combater a violência e criminalidade na busca por um mundo melhor, sempre em parceria com a comunidade. Nesse sentido, o uso da propaganda e da contrapropaganda, como ferramentas de operações psicológicas, pode e deve ser utilizado, como se verá no próximo item.

### 3.3 APLICAÇÃO DAS OPERAÇÕES PSICOLÓGICAS PELA POLÍCIA MILITAR

Diante do aumento vertiginoso das taxas de violência e criminalidade, ferramentas que possibilitem a consecução dos objetivos voltados ao controle desses índices, relegando o uso da violência a um segundo plano, têm papel relevante, e nesse cenário, destaca-se o emprego das operações psicológicas.

Como visto anteriormente, as Op Psico consistem na capacidade de influenciar no

processo decisório oponente, assim como neutralizar possíveis ações adversas na dimensão das informações. Seus principais instrumentos são a propaganda e a contrapropaganda. Nesse sentido é a lição de Silva:

Operação Psicológica [...] consiste na aplicação de parte da ciência chamada Psicologia na condução da guerra; em um sentido mais estreito, compreendendo o uso da propaganda contra o inimigo, conjuntamente com as medidas militares necessárias. E propaganda pode ser descrita, por sua vez, como a persuasão por meios não violentos (SILVA, 2007 *apud* SACRAMENTO, 2014, p. 41).

A ideia de Op Psico é muito antiga. Um dos defensores desse sistema foi o general, filósofo e estrategista chinês Sun Tzu, a quem é atribuída a autoria do livro “A Arte da Guerra” que é um dos mais antigos documentos a tratar sobre estratégia militar. Na obra citada consta ensinamentos como “lutar e vencer todas as batalhas não é glória suprema; a glória suprema consiste em quebrar a resistência do inimigo sem lutar” e, “quando capaz, finja ser incapaz; quando pronto, finja desespero; quando perto, finja estar longe; quando longe, façam acreditar que está próximo”. Tais afirmações deixam clara que a intenção do autor era transmitir a ideia de que se deve fazer uso máximo de artifícios que ludibriem e/ou minem a vontade de lutar por parte do inimigo, obtendo êxito com um mínimo de perdas (SCOLARI, 2017).

### **3.3.1 Utilização da contrapropaganda por parte da PMDF, como instrumento de enfrentamento à criminalidade**

Como já referido anteriormente, a contrapropaganda intenciona fazer frente à propaganda adversa, gerando, inclusive, um efeito reverso para aqueles que direcionam o ataque propagandístico inicial. Assim, vê-se que a utilização da técnica de propaganda por meio de organizações criminosas, bem como por parte da criminalidade aparente, faz crer que a atuação da polícia é algo contrário aos direitos e garantias fundamentais, bem como opressora e aviltante em relação à liberdade de ir e vir.

Sendo a instituição governamental que, via de regra, é a mais próxima à sociedade, comissões de prevenção e repressão, invariavelmente acaba por ser alvo de propaganda por parte daqueles a quem ela (a polícia) contraria, de alguma forma. A necessidade de empenhar esforços para anular os efeitos direcionados contra a força pública se perfaz por meio do impedimento dos efeitos desejados por sua origem; fazer com que a propaganda adversa produza efeito “bumerangue”; e obter do público-alvo um comportamento favorável ou de aceitação às teses ou aos temas defendidos na contrapropaganda (BRASIL, p. 2-22).

Como contrapropaganda por parte da polícia militar, pode-se observar, principalmente, o

empenho para que haja mídia positiva. Em Brasília, observa-se o Centro de Comunicação Social da PMDF bastante empenhado nesse sentido, sempre se contrapondo às ações perpetradas por criminosos em locais de risco social e de criminalidade conflagrada. Observa-se que, após um “ataque” do crime contra a imagem da corporação, aquele centro busca posicionamento junto aos veículos de comunicação e, em seguida, há operações policiais no local e ações sociais, posteriormente. Assim, num primeiro momento faz-se frente ao crime e, posteriormente, busca-se conquistar a opinião pública local.

### **3.3.2 Operações psicológicas e seus reflexos nos diferentes níveis de tomada de decisão no âmbito da PMDF**

A preocupação do Estado em poder suprir a necessidade de seus cidadãos, no que tange à segurança e incolumidade, deve-se dar de forma prioritária, em que pese isso não ser constatado na prática, na maioria das estruturas constituintes dos estados brasileiros. No entender de De Ávila (2016, p.239), o Estado, como ente social

(...) se preocupa com a promoção da qualidade de vida de seus cidadãos e das condições de desenvolvimento de todo o potencial da personalidade humana e, nessa perspectiva, a promoção da segurança pública como pressuposto de um ambiente livre de pressões indevidas avulta como um requisito de justiça social do Estado. (2016, p.239)

Sob essa ótica, é inconteste que a maioria dos esforços preventivos de criminalidade devem ser oriundos de iniciativa estatal. Essa ação acaba por se ver consubstanciada na criação, organização e manutenção de forças policiais, notadamente a polícia militar.

Para a concretização desse dever fundamental de promover a segurança dos direitos fundamentais, o Estado organiza toda a atividade policial, ou seja, há uma força policial especialmente destinada à manutenção da ordem pública (...) (DE ÁVILA, 2016, p.239).

Vê-se que as atribuições da polícia militar se dispõem em amplo espectro de possibilidades, dada a capilaridade institucional e à necessidade que o Estado tem de poder ofertar a devida segurança e manutenção da ordem pública à sociedade. Por outro lado, há que se ter ações e estratégias efetivas de atuação, posto a multifacetação que o crime apresenta atualmente e o leque de atuação institucional que dela depende.

O horizonte de atuação das polícias militares, face à enorme quantidade de fatores que podem influenciar a segurança pública, de forma geral, acaba por descredenciá-la como construtora do futuro. Isso é afirmado baseado no fato de a instituição não gere sozinha a segurança pública no país, apesar de ser a primeira a sofrer os impactos e reflexos dos problemas

sociais existentes. Ela sofre influências de segmentos que são inerentes à vida em sociedade, ambientados nas variáveis políticas, econômicas, tecnológicas, legais, sociais, estruturais, bem como aspectos demográfico/populacionais, culturais e geográficos, dentre outros (FERNANDES, 2016, pp. 217-8).

Pode-se dizer que, atualmente, a polícia militar tem se postado como ‘gerenciadora do risco’, uma vez que não consegue, por si mesma, construir o futuro desejável e nem influenciar decisivamente nesse sentido. Isso se deve à volatilidade conjuntural pela qual o país tem passado. Tal situação acaba por direcionar a instituição ao estabelecimento de ações voltadas para o porvir, mais no sentido de minorar os riscos e prevenir-se em relação às possíveis ameaças (MOREIRA, 2018).

Os diferentes níveis de tomada de decisão preveem que ações diversas possam ser implementadas para a consecução dos objetivos institucionais. Nesse sentido, verifica-se que a utilização das Op Psico podem contribuir significativamente para o planejamento multinível e enfrentamento à criminalidade por parte da polícia ostensiva. Em que pese a polícia militar se valer de ações policiais e de Inteligência, pontuais e executivas, elas também podem se amparar nas operações psicológicas e verificar em que medida elas apresentam potencial de assessoramento para todos os níveis.

É importante ressaltar que a atuação policial, face ao aumento da criminalidade, surge como um dos grandes desafios da Segurança Pública nos últimos anos.

Estar um passo à frente das ações criminosas, de forma proativa, se torna imperativo para o sucesso das políticas e ações voltadas para a ordem pública. A capacidade de antever situações com potencial delitivo é algo de grande importância para os órgãos afetos, tanto para o nível estratégico quanto para os níveis tático e operacional, podendo, inclusive, influenciar o nível político, em último plano.

Tais níveis de assessoramento importam diretamente na forma como se dará a utilização da ação psicológica específica. Para tanto, devem estar amparadas pelos princípios da Op Psico. De fato, “a integração do pessoal de Op Psico no processo de tomada de decisão, em cada nível de comando, deve assegurar aos comandantes operacionais a obtenção do máximo benefício” (BRASIL, 1999, p. 5-7).

Com esse escopo de utilização das Op Psico pelos corpos policiais, se torna imperativa o uso de várias ferramentas que melhor assessorem a tomada de decisão nos diferentes níveis organizacionais. No nível político, no assessoramento direto ao Alto Comando da corporação, notadamente no direcionamento de políticas de segurança pública que a polícia militar deva adotar junto à sociedade. No nível estratégico, que serve ao planejamento em nível de Estado-Maior, as Op Psico se apresentam como ferramenta apta à confecção de planos que direcionem



as demais estruturas institucionais, consoante o Plano Estratégico da PMDF e atuando no convencimento e contraposição aos ideais corporativos.

Já nos níveis tático (planejamento de ações táticas direcionadas para o emprego direto de policiamento) e no nível operacional (emprego de ações policiais, preventivas e repressivas, mais próximo à sociedade), vê-se melhor utilização dos potenciais das operações psicológicas, tanto de forma ativa como na passiva, uma vez que o uso seria com melhor contato social. Exemplo de ações de Op Psico vão desde um Programa Educacional de Resistência às Drogas e Violência (PROERD) até mesmo às ações sociais que se vê por ocasião de datas festivas (Natal) ou de grande concentração de público (como a confecção de carteirinhas de identificação, no Carnaval). Essas ações melhoram a imagem da corporação e se contrapõe às propagandas adversas, que têm potencial denegritório do serviço policial e da missão constitucional da polícia militar.

#### **4 AS OPERAÇÕES PSICOLÓGICAS NO APOIO ÀS OPERAÇÕES POLICIAIS MILITARES**

O papel das Op Psico varia com o nível de atuação ou com o ambiente em que são empregadas. Podem ser utilizadas em tempo de paz, crise ou guerra, no cumprimento de missões que passam pelas Operações de Resposta a Crises (CRO) e Guerra, sendo difícil determinar, em termos de Op Psico, onde começam umas e acabam outras e não sendo específicas de nenhuma em particular. O seu “*modus operandi*” é fundamentalmente o mesmo: modelar comportamentos com o fito de facilitar a consecução dos objetivos estabelecidos para as operações militares.

Similar ao que ocorre nas policiais militares, nas Forças Armadas, em operações de resposta a crises, que não envolvam o uso da força, são um elemento chave na aproximação das partes e no evitar do recurso ao uso de força letal e no realce que podem transmitir aos objetivos de paz da força.

Nas Operações de Resposta a Crises (CRO) que envolvam o uso da força, os objetivos das Op Psico são sensivelmente os mesmos anteriormente mencionados e como atividade não letal, são fundamentais no realce que podem emprestar a outros tipos de soluções, nomeadamente políticas e diplomáticas (MARTINS, 2013).

Portanto, diante do exposto, pode-se afirmar que a utilização da informação no planejamento da atividade policial é questão muito importante e similar ao seu uso em operações tipicamente militares. Essa utilização pode ser materializada de diversas maneiras, sendo que a proposta por este estudo são as operações psicológicas, que têm por instrumento a

propaganda e a contrapropaganda, capaz de influenciar o público-alvo de forma determinante a ponto de auxiliar a polícia militar no combate à criminalidade. É preciso observar ainda que a utilização da informação na forma de Op Psico está relacionada a uma mudança significativa no modelo de atuação das PMs, evidenciando de forma definitiva a inteligência, pró-atividade e prevenção. A mudança envolve diversos aspectos, como a cultura profissional, o modelo organizacional e a persistência de um modelo reativo de policiamento, que necessita ser mudado. Evoluir é preciso, mais que isso, é imprescindível.

## **5 METODOLOGIA**

A metodologia considerada mais eficaz e adequada para o desenvolvimento do presente trabalho foi revisão de literatura a bibliográfica. O método adotado foi o hipotético-dedutivo, em que o conhecimento se iniciou pela percepção de uma lacuna nos conhecimentos, formulada pela hipótese e pelo processo dedutivo, que testou a ocorrência de fenômenos abrangidos pela hipótese.

Também foi realizada pesquisa documental, descritiva e exploratória, compulsando doutrinares, normativos internos, legislação corrente e manuais sobre operações psicológicas, bem como documentos sobre a missão constitucional da PMDF.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante de todo o pesquisado, pode-se concluir que a solução para a violência e criminalidade não pode contar simplesmente com a repressão ou punição. É necessário também o desenvolvimento de processo coordenado pelo poder público de interação da polícia com a comunidade, além de substanciais aportes de recursos e uma imensa vontade política de dar fim à escalada da violência. É preciso desenvolver ainda mais a relação da polícia, em específico a polícia militar no contexto social. A sociedade se apresenta como parceira imprescindível na luta diária contra a criminalidade.

Nesse contexto, todas as formas de medidas preventivas precisam ser colocadas em prática e, dentre elas, as operações psicológicas, visando, com o uso da propaganda e contrapropaganda elevar o nível técnico dos policiais militares, melhorar o grau de confiabilidade da sociedade pela polícia e ainda se contrapor às intenções criminosas, individuais ou coletivas. Tal atitude pode contribuir significativamente, para que batalhas sejam ganhas, sem a necessidade de embates físicos que, por diversas vezes, ceifam as vidas de policiais e mesmo de cidadãos inocentes.

Se o uso das Op Psico servirem para salvar uma vida, então já valeu a pena sua implantação, embora se possa deduzir que os resultados positivos podem somar o salvamento de inúmeras vidas, além de baratear o custo econômico, ao se evitar conflitos diretos. Tal aspecto, de pronto avaliza, ao menos, o desenvolvimento de estudos específicos para utilização desse tipo de ferramenta, que se vale da propaganda e contrapropaganda, pela Polícia militar de cada Estado, inclusive a Polícia militar do Distrito Federal.

**PSYCHOLOGICAL OPERATIONS AS PUBLIC SAFETY ACTIONS: Use by the  
Military Police**

**ABSTRACT**

This paper deals with the issue of the possibility of using Psychological Operations for the benefit of Public Security, specifically the Military Police. Such an approach is justified considering that the use of Psychological Operations actions involves the use of the propaganda and counterpropaganda instrument, and can be very useful for the success of the Military Police service, especially in the approach essential to society and in preventive work, aiming at fulfilling its constitutional mission. The objective of this research is to verify the extent to which the use of Psychological Operations by the Military Police can aggregate actions to combat immediate or organized crime, as well as assist in preventive public safety actions at the various levels of counseling to make (political, strategic, tactical and operational). This attempt will be achieved through bibliographic review in documentary and descriptive research. The analysis showed that the use of Psychological Operations in the field of Public Security can contribute to a better acceptance of the preventive and repressive actions that concretises the mission constitutionally delegated to the Military Police, in the sense that the use of propaganda and counterpropaganda can collaborate influencing the emotions, attitudes and opinions of individuals or social group, aiming at obtaining predetermined behaviors, thus opening space for the Military Police to gain a powerful ally in the maintenance of public order: society itself.

**Keywords:** Psychological Operations. Public security. Military police.

**REFERÊNCIAS**

**ATLAS DA VIOLÊNCIA.** Rio de Janeiro: Ipea. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2018. Disponível em:  
<[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio\\_institucional/180604\\_atlas\\_da\\_](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_)

violencia\_2018.pdf>. Acesso em: 1 mar. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 20 fev. 2019.

BRASIL. Exército Brasileiro. Estado-Maior. C 45-4: **Operações psicológicas**. Manual de Campanha. 3. ed. Brasília-DF, 1999.

COIMBRA, Marcos. Operações psicológicas, Corações e Mentes. **Revista Monitor Mercantil**. 06.12.2007. Disponível em: <<http://www.oarquivo.com.br/temas-polemicos/verdades-inconvenientes/727-operacoes-psicologicas-crime-organizado-e-manipulacao-das-massas-parte-1.html>>. Acesso em: 1 mar. 2019.

DE ÁVILA, Thiago André Pierobom. **Fundamentos do controle externo da atividade policial**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2016. 754p.

DISTRITO FEDERAL. Governo do Distrito Federal. Polícia militar do Distrito Federal. **Plano Estratégico 2011-2022**. 2.<sup>a</sup> Ed. Rev. e Atual. Brasília, 2015, 62.p. Disponível em: <<http://www.pmdf.df.gov.br/site/images/Divulgacao/2016/planoestrategico2ed.pdf>>. Acesso em 17 fev.2019.

FERNANDES, Sérgio Henrique Soares. **Fundamentos de planejamento prospectivo aplicados à polícia militar**. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2016.

FERRO JÚNIOR, Celso Moreira. Propaganda e contrapropaganda. **Conteúdo Jurídico**. Brasília-DF: 26 jul. 2011. Disponível em: <[http://www.conteudojuridico.com.br/?colunas&colunista=70\\_&ver=1005](http://www.conteudojuridico.com.br/?colunas&colunista=70_&ver=1005)>. Acesso em: 06 mar. 2019.

FIGUEIREDO, R; CERVELLINI, S. **Conceituações para o conceito de opinião pública**. 2015. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/50629/mod\\_resource/content/1/figueredo\\_cevellini.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/50629/mod_resource/content/1/figueredo_cevellini.pdf)>. Acesso em 25 fev. 2019.

GELINSKI NETO, Francisco; SILVA, Jediael Emanuel Pereira da. **A prevenção e o controle da violência e criminalidade**: programas exitosos. Unesc. Santa Catarina: APEC, 2018. Disponível em: <[http://www.apec.unesc.net/VI\\_EEC/sesoes\\_tematicas/Tema7-Economia%20Social%20e%20Políticas%20Publicas/Artigo-16-Autoria.pdf](http://www.apec.unesc.net/VI_EEC/sesoes_tematicas/Tema7-Economia%20Social%20e%20Políticas%20Publicas/Artigo-16-Autoria.pdf)>. Acesso em: 2 mar. 2019.

GONÇALVES, Joanisval Brito. **Atividade de inteligência e legislação correlata**. 4. ed. Niterói: Impetus, 2016.

HIPPÓLYTO, Fernando Lyra; CELESTINO, Luciana Carlos. **Operações psicológicas**: Abordagem semiótica da comunicação na guerra moderna. Natal: Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2018. LINEBARGER, Paul M. A. **Guerra Psicológica**. Trad. Major Octavio Alves Velho. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército, 1962.

LIBERAL, Ângela Maria. **Participação e Segurança Pública**. 43 f. Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais da Universidade Federal de Minas Gerais. 2010. Disponível em:

<<http://www.secretariadegoverno.gov.br/.arquivos/monografias/Angela%20Maria%20Liberal.pdf/@@download/file/Angela%20Maria%20Liberal.pdf>>. Acesso em: 3 mar. 2019.

MACAULAY, Fiona. Parcerias entre estado e sociedade civil para promover a segurança do cidadão no Brasil. **Revista Internacional de Direitos Humanos**. Ano 9, n. 2, edição em português, 2015. Disponível em: <<https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2017/08/sur2-port-macaulay.pdf>>. Acesso em: 5 mar. 2019.

MARTINS, António. **Operações psicológicas**: Contributos para o levantamento de uma subunidade no Sistema de Forças Nacional do Exército Português. Instituto de Altos Estudos Militares. Lisboa, 2013. Disponível em: <<https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/11873/1/MAJ%20Santos%20Martins.pdf>>. Acesso em: 1 fev. 2019.

MONTENEGRO, Fernando. O uso de operações psicológicas pelo crime organizado. **Revista O Arquivo**. 14/02/2013. Disponível em: <<http://www.oarquivo.com.br/temas-polemicos/verdades-inconvenientes/727-operacoes-psicologicas-crime-organizado-e-manipulacao-das-massas-parte-1.html>>. Acesso em: 1 mar. 2019.

MOREIRA, Waldicharbel Gomes. **A construção de cenários no âmbito da segurança pública**: estratégia profilática da Polícia militar no enfrentamento à criminalidade. Rio de Janeiro: ESG, 2018. 29 fl. Orientador: Carlos Alberto Gonçalves de Araújo. Cel Eng Aer. Ensaio apresentado ao Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra como requisito à obtenção do diploma do Curso Superior de Inteligência Estratégica.

MOTA, Eugênio Pacelli Vieira. **As Operações psicológicas no desenvolvimento de uma mentalidade de Defesa**. 55 f. Monografia - Especialização em Altos Estudos de Política e Estratégia. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 2013.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). **Relatório Anual - 2018**. Disponível em: <<https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/272596/9789241565585-eng.pdf?ua=1&ua=1>>. Acesso em: 1 mar. 2019.

SACRAMENTO, Domingos Jorge Graça do. **O emprego das operações de apoio à informação durante as operações militares e seus impactos na imagem do Exército Brasileiro junto à opinião publicada**. 54 f. Monografia - Especialização em Ciências Militares. Rio de Janeiro: ECEME, 2014.

SCOLARI, Felipe do Nascimento. **Análise do emprego das operações psicológicas na guerra do Vietnã e sua influência sobre a doutrina brasileira**. 2017. 63 f. Trabalho de Conclusão de Curso. Academia Militar das Agulhas Negras. Disponível em: <http://www.bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/1/1064/1/TCC%20Scolari.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2019.

SEVERO, Marília Bortoluzzi. Propaganda: operação psicológica ou operação encoberta? In CEPIK, Marco, organizador. **Inteligência governamental**: contextos nacionais e desafios contemporâneos. Niterói-RJ: Impetus, 2011. 352p. *apud* NARULA, Sunil. Psychological Operations (PSYOPs): a conceptual overview. *Strategic Analysis*, vol. 28, n.º1, Jan-Mar. 2004.

TEICHRIB, Carl. **As Operações psicológicas e a Manipulação das Massas: um guia básico sobre a propaganda global**. **Forcing Change**. v. 1. 2. ed., 2012. Disponível em:

<<https://www.espada.eti.br/manipulacao.asp>>. Acesso em: 2 fev. 2019.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2016**: Homicídios por armas de fogo no Brasil. Rio de Janeiro: FLACSO, 2016. Disponível em:  
<[https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016\\_armas\\_web.pdf](https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016_armas_web.pdf)>. Acesso em:  
2mar. 2019.